



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Prestar atenção ao progresso legislativo do regime de mediação em Macau**

Face às mudanças do ambiente social, o número de processos recebidos pelos tribunais de Macau e a sua pressão de trabalho têm aumentado continuamente. Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem-se empenhado em proporcionar aos interessados processos diversificados de resolução de conflitos, através de meios legislativos, por exemplo, o Regime da arbitragem necessária de litígios relativos a infiltrações de água em edifícios, aprovado este ano, e a proposta de lei intitulada “Alteração ao Código do Registo Civil”, que se encontra em apreciação, mas, os regimes relativos à mediação, incluindo a mediação familiar, ainda estão por definir, especialmente nos casos de divórcio, conflitos familiares, etc., que envolvem, muitas vezes, a relação familiar e a ética dos membros da família. Os processos judiciais são morosos, e os filhos menores podem necessitar de intervir no tribunal nos casos de divórcio dos pais, o que afecta o seu crescimento. Neste sentido, o efeito e a importância da mediação tornam-se ainda mais evidentes.

Já interpelei várias vezes o Governo sobre este assunto e recebi várias respostas, segundo as quais o regime de mediação familiar só vai avançar depois da aprovação da proposta de lei sobre a mediação em matéria civil e comercial e que há que ter em conta a “articulação com o progresso da construção da Plataforma de Mediação da Grande Baía e a coordenação, tendo em consideração o planeamento



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

geral dos projectos legislativos do Governo da RAEM”. Lamentavelmente, até ao momento, ainda não foram divulgadas quaisquer informações concretas nem qualquer calendarização. Os “Critérios de avaliação da qualificação e habilitação dos mediadores da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, as “Regras de boas práticas de deontologia profissional dos mediadores da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” e as “Regras-Modelo de mediação de litígios transfronteiriços da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” já estão a ser implementados, e já houve advogados de Macau que concluíram casos de mediação no Interior da China, o que demonstra que a construção da Plataforma de mediação da Grande Baía está prestes a ser concluída. Assim, a sociedade está bastante atenta à possibilidade de se acelerar o desenvolvimento do regime de mediação em Macau.

1. Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte: na resposta a uma interpeleção minha, o Governo afirma o seguinte: “tomando como referência o sistema jurídico de outros países e regiões, bem como a proveitosa experiência na elaboração das regras de mediação da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, tem-se prosseguido continuamente com o estudo ponderado sobre a construção do quadro legal do regime de mediação local ao nível da sua concepção e operacionalidade”. Qual é o ponto de situação desse estudo? Estes trabalhos vão ser incluídos no plano legislativo para o próximo ano financeiro?

2. A mediação familiar é um regime extrajudicial que antecede os procedimentos obrigatórios, e o Governo entregou, no corrente ano, a proposta de lei sobre a



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

“Alteração ao Código do Registo Civil” à Assembleia Legislativa, para efeitos de apreciação, com o objectivo de criar um novo regime simplificado que confira poderes aos conservadores da Conservatória do Registo Civil, para estes decretarem, através de um processo mais simples, o divórcio por mútuo consentimento, no qual estão envolvidos filhos menores, sem necessidade de apresentação de requerimento ao tribunal. No entanto, para a mediação familiar poder ser realizada com eficácia, é necessário proceder aos devidos ajustamentos no Código de Processo Civil e na Lei de Bases da Organização Judiciária. Será que os respectivos trabalhos de revisão já tiveram início?

27 de Outubro de 2023

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Wong Kit Cheng**